

Aula 17

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Thaís de Cássia Rumstain

15 de Julho de 2025



Vamos juntos! Bom simulado!

Forte abraço!

Profa. Thaís

QUESTÕES PROPOSTAS

1. Acerca da coisa julgada, assinale a opção incorreta.

- a) Não há distinção entre a coisa julgada material e formal.
- b) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- c) Não faz coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- d) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- e) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

2. Assinale a opção correta:

- a) Não é possível a condenação em sentença ilíquida.
- b) Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- c) Ou a sentença é líquida ou ilíquida. Não é possível que uma mesma sentença tenha as duas características.
- d) Na liquidação pelo procedimento comum, o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.
- e) Na liquidação por arbitramento, o juiz determinará a intimação do requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Assinale a opção correta.

- a) Na impugnação o executado não pode alegar nulidade da citação.
- b) Na impugnação o executado não pode alegar ilegitimidade das partes.



- c) Na impugnação o executado não pode alegar inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.
- d) Penhora incorreta ou avaliação errônea é uma das matérias que o executado pode alegar.
- e) Na impugnação o executado não pode alegar excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.

4. Assinale a opção correta:

- a) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.
- b) Para o cumprimento de sentença, o juiz não poderá determinar a busca e a apreensão.
- c) O mandado de busca e apreensão de pessoas e coisas será cumprido por 1 oficial de justiça.
- d) Para que a multa seja aplicada, deve haver requerimento da parte.
- e) O juiz não poderá excluir a multa.

5. Pedro ajuizou ação indenizatória em face de sociedade de economia mista estadual, pleiteando a condenação desta a lhe pagar verba correspondente a mil salários mínimos. Finda a fase instrutória, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a ré a pagar ao autor a verba equivalente a setecentos salários mínimos. Inconformada, a sociedade de economia mista interpôs recurso de apelação, pugnando pela reforma integral do julgado, vindo Pedro a fazer o mesmo, embora por meio de apelo adesivo, em que postulou a majoração da verba indenizatória. Ocorre que, na sequência, a ré desistiu de sua apelação.

Nesse contexto:

- A) o recurso da ré não deverá ser conhecido, embora deva sê-lo o de Pedro;
- B) o recurso de Pedro não deverá ser conhecido, embora deva sê-lo o da ré;
- C) ambos os recursos deverão ser conhecidos;
- D) nenhum dos recursos deverá ser conhecido, operando-se o imediato trânsito em julgado da sentença;
- E) nenhum dos recursos deverá ser conhecido, impondo-se a subida dos autos ao tribunal, mercê do reexame necessário.

6. Acolhendo o pedido de ressarcimento de danos materiais e reparatório de danos morais, em razão de lesões incapacitantes sofridas pelo autor em acidente de trânsito provocado por culpa do demandado, o juiz, em tópico autônomo da sentença, deferiu a tutela antecipada requerida na



petição inicial, para determinar ao réu que, imediatamente, arcasse com o pensionamento mensal em favor do demandante.

Esse capítulo do ato decisório é:

- A) impugnável em apelação;
- B) impugnável em agravo de instrumento;
- C) impugnável em recurso extraordinário;
- D) impugnável em agravo interno;
- E) irrecurável.

7. Julgado improcedente o seu pedido, a parte autora manejou recurso de apelação para impugnar a sentença. Mas, observando que a peça recursal padecia de irregularidades formais, o juiz reputou inadmissível o apelo, deixando de recebê-lo.

Inconformado com essa decisão, deve o autor se valer de:

- A) nova apelação;
- B) agravo de instrumento;
- C) reclamação;
- D) mandado de segurança;
- E) recurso extraordinário.

8. Acerca das disposições do juizado especial, assinale a opção correta.

- a) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo não podem ser ajuizadas nos Juizados Especiais, já que o Juizado Especial é apenas criminal.
- b) A ação de despejo para uso próprio pode ser tida nos Juizados Especiais.
- c) As ações possessórias, em nenhuma hipótese, podem ser intentadas nos Juizados Especiais.
- d) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, mas não as relacionadas aos acidentes de trabalho.
- e) Quando se tiver crédito acima do permitido pela lei dos Juizados Especiais e, caso, a pessoa opte pelo seu rito, ela não abrirá mão do valor excedente. -

9. Sobre o juizado especial, assinale a opção errada.

- a) É competente o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.



- b) É competente o foro do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.
- c) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, o foro é o do domicílio do autor ou do local do ato ou fato.
- d) Não poderão ser partes, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- e) Em qualquer hipótese, a presença de advogado é essencial para postular no Juizado Especial Cível.



GABARITO

1. A	3. D	5. D	7. C	9. E
2. B	4. A	6. A	8. B	

QUESTÕES COMENTADAS

1. Acerca da coisa julgada, assinale a opção incorreta.

- a) Não há distinção entre a coisa julgada material e formal.
- b) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- c) Não faz coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- d) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- e) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

Inicialmente, vamos lembrar quando haverá resolução do mérito.

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

I - Acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;

II - Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

III - Homologar:



- a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;
- b) a transação;
- c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do § 1o do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.

Quando o juiz decide com base no art.487, com resolução de mérito, as partes não poderão mais discutir a relação processual, nem mesmo em outro processo.

Agora, quando ele decide sem resolução de mérito, art.485, haverá coisa julgada formal.

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

- I - Indeferir a petição inicial;**
- II - O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;**
- III - Por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;**
- IV - Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;**
- V - Reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;**
- VI - Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;**
- VII - Acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;**
- VIII - Homologar a desistência da ação;**
- IX - Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e**
- X - Nos demais casos prescritos neste Código.**

§ 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2o No caso do § 1o, quanto ao inciso II, as partes pagarão proporcionalmente as custas, e, quanto ao inciso III, o autor será condenado ao pagamento das despesas e dos honorários de advogado.

§ 3o O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado.

Gabarito: “a”.



2. Assinale a opção correta:

a) Não é possível a condenação em sentença ilíquida.

b) Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.

c) Ou a sentença é líquida ou ilíquida. Não é possível que uma mesma sentença tenha as duas características.

d) Na liquidação pelo procedimento comum, o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.

e) Na liquidação por arbitramento, o juiz determinará a intimação do requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

a) A assertiva contraria o CPC, pois a sentença pode ser líquida ou ilíquida e quando for ilíquida, sua liquidação se dará por meio de requerimento do credor ou do devedor.

Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor:

I - Por arbitramento, quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação;

II - Pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.

b) É verdade. Pensem comigo. Se temos uma sentença, quando de sua liquidação, não se poderá discutir novamente o mérito da ação.

Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor:

§ 4o Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.

c) Claro que é possível ter uma sentença com parte líquida, já certa, e outra parte da sentença, baseada em outro pedido, por exemplo, que dependa de liquidação.

Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor:

§ 1o Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.

d e e) Aqui, houve inversão nos conceitos.

Na liquidação por arbitramento, o juiz intimará as partes para a	Na liquidação pelo procedimento comum, o juiz determinará a
--	---



apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.	intimação do requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
---	--

Gabarito: “b”.

3. Assinale a opção correta.

- a) Na impugnação o executado não pode alegar nulidade da citação.
- b) Na impugnação o executado não pode alegar ilegitimidade das partes.
- c) Na impugnação o executado não pode alegar inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.
- d) Penhora incorreta ou avaliação errônea é uma das matérias que o executado pode alegar.
- e) Na impugnação o executado não pode alegar excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.

A questão trata sobre o art.525:

Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

§ 1º Na impugnação, o executado poderá alegar:

- I - Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;
- II - Ilegitimidade de parte;
- III - Inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;
- IV - Penhora incorreta ou avaliação errônea;
- V - Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;
- VI - Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;
- VII - Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.

Gabarito: “d”.

4. Assinale a opção correta:



a) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

b) Para o cumprimento de sentença, o juiz não poderá determinar a busca e a apreensão.

c) O mandado de busca e apreensão de pessoas e coisas será cumprido por 1 oficial de justiça.

d) Para que a multa seja aplicada, deve haver requerimento da parte.

e) O juiz não poderá excluir a multa.

a)

Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

b)

Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

§ 1º Para atender ao disposto no caput, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

c) O mandado de busca e apreensão de pessoas e coisas será cumprido por 2 oficiais de justiça.

d)

Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

e)

Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - Se tornou insuficiente ou excessiva;



II - O obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

§ 2º O valor da multa será devido ao exequente.

§ 3º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

§ 4º A multa será devida desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não fazer de natureza não obrigacional.

Gabarito: “a”.

5. Pedro ajuizou ação indenizatória em face de sociedade de economia mista estadual, pleiteando a condenação desta a lhe pagar verba correspondente a mil salários mínimos. Finda a fase instrutória, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a ré a pagar ao autor a verba equivalente a setecentos salários mínimos. Inconformada, a sociedade de economia mista interpôs recurso de apelação, pugnando pela reforma integral do julgado, vindo Pedro a fazer o mesmo, embora por meio de apelo adesivo, em que postulou a majoração da verba indenizatória. Ocorre que, na sequência, a ré desistiu de sua apelação.

Nesse contexto:

A) o recurso da ré não deverá ser conhecido, embora deva sê-lo o de Pedro;

B) o recurso de Pedro não deverá ser conhecido, embora deva sê-lo o da ré;

C) ambos os recursos deverão ser conhecidos;

D) nenhum dos recursos deverá ser conhecido, operando-se o imediato trânsito em julgado da sentença;

E) nenhum dos recursos deverá ser conhecido, impondo-se a subida dos autos ao tribunal, mercê do reexame necessário.

Ao ler a história toda, notamos uma sucumbência recíproca, apelação pelo autor e pela ré, sendo que posteriormente a ré desistiu do recurso de apelação, que é um dos que admitem o recurso adesivo.

Como o recurso adesivo é adesivo (rs), se a parte desiste do recurso principal, não há que se falar em recurso adesivo.

Assim, operar-se-á o trânsito em julgado.

Só tomem cuidado o entendimento do STJ:



Se já foi concedida antecipação dos efeitos da tutela no recurso adesivo, não se admite a desistência do recurso principal STJ, REsp 1285405

Art. 997. Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.

§ 1º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro.

§ 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte:

I - Será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder;

II - Será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial;

III - Não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

Professor, e essa letra “e”? Não precisa do reexame necessário? Não. O art.496, do CPC, não contempla as sociedades de economia mista.

Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

I - Proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - Que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

Gabarito: “d”.

6. Acolhendo o pedido de ressarcimento de danos materiais e reparatório de danos morais, em razão de lesões incapacitantes sofridas pelo autor em acidente de trânsito provocado por culpa do demandado, o juiz, em tópico autônomo da sentença, deferiu a tutela antecipada requerida na petição inicial, para determinar ao réu que, imediatamente, arcasse com o pensionamento mensal em favor do demandante.

Esse capítulo do ato decisório é:

- A) impugnável em apelação;
- B) impugnável em agravo de instrumento;
- C) impugnável em recurso extraordinário;
- D) impugnável em agravo interno;



E) irrecorrível.

Pela história, houve um acidente de carro e na sentença, o juiz determinou uma indenização mensal a ser paga imediatamente.

Como a tutela foi concedida na sentença, o recurso cabível é o da apelação.

Art. 1.013. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

§ 5º O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável na apelação.

Agora, quando a tutela é concedida em decisão interlocutória, o recurso cabível é o agravo.

Gabarito: “a”.

7. Julgado improcedente o seu pedido, a parte autora manejou recurso de apelação para impugnar a sentença. Mas, observando que a peça recursal padecia de irregularidades formais, o juiz reputou inadmissível o apelo, deixando de recebê-lo.

Inconformado com essa decisão, deve o autor se valer de:

- A) nova apelação;
- B) agravo de instrumento;
- C) reclamação;
- D) mandado de segurança;
- E) recurso extraordinário.

Vamos ver o art.1010:

Art. 1.010. A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá:

- I - Os nomes e a qualificação das partes;**
- II - A exposição do fato e do direito;**
- III - As razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade;**
- IV - O pedido de nova decisão.**

§ 1º O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões.

§ 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.



O que chama a atenção de vocês no que está destacado em vermelho? A apelação não tem juízo de admissibilidade feita pelo juiz de primeiro grau e o enunciado disse que o juiz efetuou o juízo de admissibilidade.

Temos, assim, uma hipótese de reclamação, já que a competência do tribunal não foi respeitada.

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - Preservar a competência do tribunal;

II - Garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – Garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV – Garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

Gabarito: “c”.

8. Acerca das disposições do juizado especial, assinale a opção correta.

a) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo não podem ser ajuizadas nos Juizados Especiais, já que o Juizado Especial é apenas criminal.

b) A ação de despejo para uso próprio pode ser tida nos Juizados Especiais.

c) As ações possessórias, em nenhuma hipótese, podem ser intentadas nos Juizados Especiais.

d) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, mas não as relacionadas aos acidentes de trabalho.

e) Quando se tiver crédito acima do permitido pela lei dos Juizados Especiais e, caso, a pessoa opte pelo seu rito, ela não abrirá mão do valor excedente. -

Pessoal, vamos dar uma olhada no art.1º e 3º, da lei nº 9.099/95?

Art. 1º Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência. – Por isso, errada a “a”, já que existe sim o Juizado Especial Cível e o Criminal.

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo; II - As enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III – A ação de despejo para uso próprio; - por isso, certa a “b”.



IV - As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo. - **Por isso, errada a “c”.**

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, **e também as relativas a acidentes de trabalho**, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial. – **Por isso, errada a “d”.**

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação. – **Por isso, errada a “e”.**

Gabarito: “b”.

9. Sobre o juizado especial, assinale a opção errada.

- a) É competente o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- b) É competente o foro do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.
- c) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, o foro é o do domicílio do autor ou do local do ato ou fato.
- d) Não poderão ser partes, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- e) Em qualquer hipótese, a presença de advogado é essencial para postular no Juizado Especial Cível.

A assertiva errada é a letra “e”, já que nas causas acima de 20 salários mínimos, a postulação no juizado especial é obrigatória.

Não confundam. A lei trata de casos até 40 salários mínimos, mas até 20, a presença do advogado é opcional.

Agora, vamos ver o art.4º:

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - Do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - Do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - Do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.



Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

Gabarito: “e”.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.